

**FIEMA**  
**SESI**  
**SENAI**  
**IEL**

Federação das Indústrias do Estado do Maranhão

www.fiema.org.br

Presidente: Jorge Machado Mendes

1º Vice-presidente: Geneci Góis Rosa

Vice-presidentes: Antônio Carlos Lopes Ribeiro, Carlos Augusto Fonseca Mendes, Cirilo José Campêlo Arruda, Edilson Baldez das Neves, Francisco Carlos Ribeiro Santos, Francisco Sales Alencar, João de Deus Pires Leal Neto, Jorge Garcia de Deus, José Antonio Buhatem, José Augusto Batista, José Orlando Soares Leite Filho, José Raimundo Lima, José Raimundo Nunes Sarmento, José Ribamar Barbosa Oliveira, Luiz Fernando Coimbra Renner, Mário Machado Mendes, Pedro Robson Holanda da Costa, Rubemar Coimbra Alves, Wanderley Silva de Oliveira e William José Nagem

1.º Secretário: Leopoldo Debtz de Moraes Rêgo

2º Secretário: Rachid Abdalla Neto

1º Tesoureiro: José de Ribamar Fernandes

2º Tesoureiro: José Ribamar Pereira

Conselho fiscal: Eduardo de Souza Leão, Franklin Delano

Marinho Rocha e José Seabra Godinho

Suplentes: Carlos Alberto Ferreira da Silva, Neife Abdalla e

Paulo Sérgio de Assunção Santiago

Presidentes dos sindicatos afiliados: Alberto Abdalla, Antônio

Carlos Lopes Ribeiro, Antônio José Sousa Silva, Benedito

Bezerra Mendes, Edvan da Silva Amâncio, Joanas Alves Silva,

João de Deus Pires Leal, João Neto Franco, José Antônio

Buhatem, José Augusto Batista, José de Ribamar Barbosa

Belo, José de Ribamar Fernandes, José Ribamar Pereira, José

Orlando Soares Leite Filho, José Raimundo Nunes Sarmento,

Leopoldo Debtz de Moraes Rego, Luiz Fernando, Coimbra

Renner, Marcos Aurélio Cavalcanti Mendonça, Mário

Machado Mendes, Marcos Rogério Tintori, Paulo Roberto

Costa Nagem, Ricardo Pereira Barros e William José Nagem.

# Maranhão Industrial

Revista da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama

CEP 65076-001 - São Luís - MA.

Tel: (98) 3212.1875 - Fax: (98) 3212.1821

www.fiema.org.br - ascom@fiema.org.br

Coordenação: José Ribamar Dourado

Administração: Raimundo Barnabé

Editor: Luís Fernando Baima

Reportagem: Cíntia Machado, Fernanda Rego e

Ledilce Fonseca

Nacionais: Agência CNI

Fotografia: Edgar Rocha, Ailton Baren, Joaquim

Neto, F. Álvares, Arquivo Sesi/Senai, Arquivo BNB,

Arquivo CVRD, Arquivo CNI

Capa e Editoração: Almenbergues Jales

Impressão: Unigraf

Colaboraram nesta edição: Raquel Araújo

(Imagem)

Cartas para a redação:

Maranhão Industrial

Diretor de redação

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama

CEP 65076-001 - São Luís - MA.

*As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da Fiema.*



## SEÇÕES

Palavra do presidente 3

Recortes 4

Entrevista 8

Opinião 20

Intervalo 33

Memória 36

## Produção 12

Tributo gera crise na indústria maranhense de ferro-gusa

## Investimento 22

Industrial investe de olho no mercado local

## Cooperativismo 25

Mel deixa o estado de forma clandestina

## Ação Social 27

Sesi lança programa contra desperdício de alimentos

## Negócios 30

Indústria maranhense de confecções realiza mais uma feira

## Participação 32

Inscrições em prêmio de qualidade no trabalho é prorrogada

## Literatura 34

Escritor maranhense publica livro sobre rios do estado

# Grandes empresas já se destacam desde pequenas

O INCUBEM é um projeto de incubadoras de empresas que conta com a parceria do IEL e busca fornecer suporte às novas empresas. Uma vez incubadas elas passam a receber apoio gerencial, administrativo, operacional e de estrutura física através de cursos e acesso às fontes de financiamento.

**Inscreva sua empresa pelo site [www.incubem.ufma.br](http://www.incubem.ufma.br)**



Jorge Machado Mendes

# Um novo eixo de desenvolvimento



A palavra da moda é globalização. A globalização da economia invadiu de vez o nosso cotidiano, tanto que a cada momento sofremos os seus efeitos - bons ou maus. Não há mais economias isoladas que, ao mesmo tempo, sejam fortes.

O Maranhão, até por razões históricas e de localização, sempre esteve ligado a economias externas: com Portugal durante a colonização, com a Inglaterra, com a Europa em geral, com os Estados Unidos, na condição de fornecedor de produtos da floresta, açúcar, têxteis, babaçu etc. Nos dias de hoje, empresas multinacionais transitam por aqui, investindo em grandes projetos; outras, sondam investimentos futuros, planejam, negociam. Empresas maranhenses, por sua vez, começam a sair em busca do mercado externo; algumas, com grande êxito. O porto do Itaqui tornou-se porta de saída para o agronegócio dos cerrados maranhenses e do Planalto Central, e de vastas áreas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Mesmo que o comércio internacional não seja novidade para o Maranhão, não há dúvida de que se trata de uma realidade nova, principalmente por causa das infra-estruturas disponíveis, da logística e de todos os outros ingredientes típicos das economias modernas.

Nesse contexto, já não se pode falar de uma economia tipicamente maranhense. O estado insere-se numa intensa atividade de integração regional e macro-regional, causa e efeito da implantação dessas mesmas infra-estruturas e da implantação de grandes projetos,

com destaque para o agronegócio da soja, da pecuária de corte e leite, e de alguns poucos mas importantes projetos industriais de maior porte.

Esse novo quadro é um indicativo para políticas governamentais de investimento, tanto como para o investimento privado. O governo federal sinaliza estar em sintonia com essa diretriz quando inclui a conclusão da Ferrovia Norte Sul entre as obras a serem executadas pelas Parcerias Público-Privadas. Mas é preciso ir mais longe. Os governos estaduais e municipais, os empresários e a sociedade civil têm que se integrar nesse processo.

Não há mais como isolar-se e dar-se bem. A globalização não é apenas uma realidade da relação entre países; exige integração interna, para que a inserção no mercado mundial possa ter a eficácia esperada no desenvolvimento do país e de sua população.

Uma política de desenvolvimento regional que integre todas as forças produtivas e as oriente a claros objetivos supra-regionais, com certeza há de servir muito mais aos interesses do Brasil e de cada um dos Estados envolvidos. Essa poderá ser a tarefa de uma nova Agência de Desenvolvimento, apropriadamente instituída e aparelhada, consoante com a nova configuração geo-econômica que se estrutura em torno da Ferrovia Norte-Sul; uma nova política regional, montada menos sobre critérios geográficos, e mais, sobre critérios econômicos. Uma nova e mais eficiente saída para o desenvolvimento. ■

## CONTÊINER

### Esforço conjunto

A Fiema e a Associação Comercial devem participar do esforço que está sendo empreendido pela diretoria do porto do Itaqui, para viabilizar a navegação de cabotagem entre o Maranhão e os principais portos da costa brasileira. A meta é poder garantir no mínimo 200 contêineres aos navios interessados pela rota, exigida pela Aliança Navegação, empresa responsável pela operação. Para a direção do porto, essa meta não é difícil de ser alcançada, já que o Itaqui conta com 120 contêineres que podem ser movimentados pela Alumar. Se

Edgar Rocha



#### Alumínio: garantia de 120 contêineres

conseguido o objetivo, o porto espera poder oferecer linhas periódicas a cada quinze dias, com fretes 30% mais baratos que os praticados pelo transporte rodoviário.

## INDÚSTRIA

### 40,8 mil informais

Das 255 mil empresas que vivem na informalidade no Maranhão, cerca de 40,8 mil pertencem à indústria de transformação e extrativismo. O setor só perde em números para o comércio, onde 108 mil negócios atuam sem registro e documentação fiscal. Os dados fazem parte do últi-

mo Estudo da Economia Informal Urbana, divulgado pelo IBGE. Segundo ainda o instituto, 30,6 mil dessas empresas se dedicam à construção civil e 4,7 mil a serviços de educação, saúde e social. Entre esses empreendedores, 225 mil nunca tentaram se regularizar. Alegam, entre outras coisas, custos elevados, falta de informação e orientação a grande a burocracia imposta pelo processo de formalização, diz o IBGE.

## ISENÇÃO

### Novos beneficiados

A indústria da construção civil poderá ser a mais nova beneficiada da chamada MP do Bem. Segundo o Ministério da Fazenda, o governo vem estudando medidas para favorecer os investimentos na área e promete para imediato a utilização dos créditos tributários do PIS e da Confins que as empresas adquirem quando compram máquinas e equipamentos. Hoje, esses créditos são recuperados em até dois anos e a construção, até onde era sabido, não seria incluída na MP. Até então, a medida provisória previa isenções tributárias somente para empresas voltadas para a exportação. A decisão, segundo ainda o Ministério, servirá para atender a pleitos dos empresários do setor.



## OPORTUNIDADES

# Financiamento para reciclagem

Entulho passa a valer mais dinheiro. A Caixa Econômica Federal já está trabalhando com uma nova linha de financiamento para projetos de reaproveitamento de materiais descartados pela construção civil. Os recursos ainda não foram estabelecidos, mas devem ser incluídos nos projetos de saneamento que o governo pretende desenvolver durante todo este ano e que já contam com um orçamento de 2,7 bilhões de reais, repassados do FGTS. Segundo os critérios, tanto órgãos públicos quanto empresas privadas vão poder solicitar financiamento para implantação de usinas destinadas ao aproveitamento de entulhos que possam ser utilizados em pavimentação ou recapeamento de ruas e estradas.

# Demanda crescente

O Maranhão é hoje o maior produtor de pescado do Nordeste e o segundo de todo o país. Cerca de 1 milhão de trabalhadores vivem da atividade, o que garante ao estado uma produção anual de 80 mil toneladas e a maior população de pescadores do Brasil. No entanto, 200 mil ainda trabalham de forma totalmente artesanal e o Maranhão ainda não possui unidades que possam beneficiar e industrializar peixes e camarões e que poderiam abastecer tanto o mercado interno quanto o internacional. Ambos, com demandas sempre crescentes, segundo técnicos e analistas do setor.

## TECNOLOGIA

# Atração nacional

O CMPR, ou compósito de matriz polimérica reciclada, desenvolvido pela indústria do empresário Mário Mendes, em São Luís, foi uma das atrações do *stand* do Senai na Globaltech, tradicional feira de ciência, tecnologia e inovações, promovida pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. O novo produto, uma mistura de plástico reciclado adicionada a um componente mineral tem chamado a atenção de empresários do país, como um valoroso e inédito material adequado à fabricação de peças e componentes para a construção civil, com destaque para os setores elétricos, rodo-ferroviários e de revestimento. O próximo passo do CMPR será o de representar o Maranhão no prêmio Medalha do Conhecimento 2005, criado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio em parceria com a Confederação Nacional das Indústrias, para homenagem empresários que se destacam por sua contribuição ao desenvolvimento tecnológico da indústria brasileira.



**Mário Mendes:**  
contatos no Rio  
Grande do Sul

Dudu Leal



Edgar Rocha

**Pecém e Suape: novas e possíveis rotas de escoamento**

SOJA

## Novos portos

Se concretizado os interesses da Companhia Siderúrgica Nacional, do empresário Benjamim Steinbruch, o mesmo que liderou a compra da Vale do Rio Doce, o porto do Itaqui terá que rever as suas estratégias para se transformar no grande escoadouro da soja produzida no Centro-Oeste brasileiro. Benjamim vem negociando uma sociedade com o governo federal para a construção da ferrovia Transnordestina e expansão do atual traçado da Companhia Ferroviária do Nordeste em direção das regiões produtoras de grãos no sudeste do Piauí e Maranhão e oeste da Bahia. Um pacote de 4,5 bilhões de reais, a ser empregado ao longo de três anos, com estudo de viabilidade que prevê a ligação desses centros produtores aos portos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará.

PPPs

## Disputa de controle

Promete virar uma boa disputa entre os bancos estatais a briga pelo controle dos 6 bilhões de reais que o governo pretende garantir como contrapartida de incentivo às PPPs. Uma resolução do Conselho Monetário Nacional determinou que a administração do fundo só poderá ser feita por instituição financeira controlada direta ou indiretamente pela União e que tenha a autorização da Comissão de Valores Mobiliários. Com isso, o páreo se define entre o Banco do Brasil, o BNDES e a Caixa Econômica Federal. Enquanto isso, o Ministério do Planejamento decidiu reduzir de 23 para 10 o número de projetos prioritários que serão financiados. Os primeiros editais estão previstos para novembro deste ano.

SIDERÚRGICA

## A vez dos coreanos

Grupos empresariais e instituições coreanos e brasileiros assinaram contratos que podem resultar em investimentos de até 4 bilhões de dólares no Brasil nos próximos anos. Um dos acordos prevê um estudo de viabilidade que pode resultar no estabelecimento de uma planta siderúrgica para produzir até 7,5 milhões de toneladas por ano de placas de aço no Maranhão, um negócio de 2,5 bilhões de dólares. A Vale do Rio Doce celebrou um acordo nesse sentido com a empresa coreana Posco. A Vale celebrou também uma confirmação da intenção de “contribuir para o financiamento” de uma instalação industrial de produção de placas de aço no Ceará, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Banco do Nordeste e o governo do estado do Ceará.

## Assento permanente

O empresário e presidente da Fiema, Jorge Machado Mendes, foi um dos cinco maranhenses eleitos Líder Empresarial Estadual 2005, em processo de votação espontânea conduzido pelo jornal Gazeta Mercantil. Com a eleição, ele passa a integrar permanentemente o Fórum de Líderes Empresariais.

Criado em 1977, o Fórum reúne proeminentes lideranças empresarias do País, do porte de Antônio Ermírio de Moraes, Hermann Wever, Paulo Setúbal, Ivan Botelho e Armando Monteiro, e se destaca pelos constantes debates de interesse nacional, especialmente aqueles de natureza estrutural.

CNI

### Manutenção aprovada

A diretoria da Confederação Nacional da Indústria aprovou por unanimidade o reconhecimento da manutenção da atual diretoria, membros do conselho fiscal e delegados, até que seja solucionado o impasse criado pela suspensão das eleições na Federação. O presidente da CNI, Armando Monteiro, argumentou que a decisão tomada pelo conselho de representantes da Fiema em 27 de abril se justifica e é legítima já que decorre da vontade da unanimidade dos sindicatos filiados e não poderia

a Federação ficar sem comando até que fossem resolvidas as pendências judiciais. A CNI baseou sua decisão na proteção institucional, pois a falta de presidente eleito na Fiema implicaria na dissolução dos conselhos do Sesi, Senai e IEL, que passariam a ser regidos pelos respectivos departamentos nacionais. Em consequência disso, também seriam drasticamente reduzidos os repasses financeiros feitos por essas instituições à Federação e, ainda, comprometeria o intercâmbio entre a representação da indústria no Maranhão e as instituições que notoriamente auxiliam na melhoria tecnológica; instalação de novas indústrias; geração de empregos; formação profissional; assistência médica, social e educacional dos industriários e dependentes.

A Petrobrás vai investir mais 3 milhões de reais no Itaquí. A estatal tem interesse em aumentar a capacidade de movimentação e transbordo de combustíveis e derivados de petróleo no estado, utilizada no estado por sua subsidiária, a Transpetro. O investimento prevê ampliar a atual vazão de 1 300 m<sup>3</sup> por hora dos dutos do terminal petroleiro para 2 000 m<sup>3</sup> por hora. O Maranhão é hoje o segundo maior operador de combustíveis do país, só suplantado pelo porto de São Sebastião, no litoral paulista. Dos tanques da Transpetro saem combustíveis para abastecimento de todos os estados do Norte, Nordeste e parte do Tocantins.

ITAQUI

### Novos investimentos

**Transpetro:**  
vazão para  
2 000 m<sup>3</sup>  
por hora



Edgar Rocha

# “É preciso envolver-se para participar”

A Federação das Indústrias do Estado do Maranhão foi fundada em 1957. Em 1964, com o país sob regime militar, foi decretada a intervenção na Confederação Nacional da Indústria, quando era presidente o empresário maranhense Haroldo Correia Cavalcanti. Em seqüência, em 1965, foi cassada a carta sindical da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, só restituída em 1968, com o quê, a Fiema voltou a atuar no meio empresarial do estado, novamente afiliada a CNI.

Ao longo de todos os anos de atividade, a Fiema tem se destacado por um trabalho forte na defesa dos interesses corporativos dos sindicatos que a constituem – hoje, são 23 e quatro outros estão em processo de filiação. Observa-se, entretanto, que nos últimos anos a instituição vem adotando posicionamentos de maior visibilidade, principalmente aqueles mais estreitamente vinculados ao próprio desenvolvimento econômico do estado. Como atual presidente, o empresário Jorge Mendes tem sido o respon-

sável por essas alterações de rumo. Elogiado por uns, criticado por outros, ele explica, nesta entrevista, as razões que o fizeram adotar essas diretrizes, suas perspectivas em relação ao futuro da entidade e sobre a atuação do empresário maranhense como agente das transformações que vêm ocorrendo na economia estadual.

**MA Industrial** – *O que vem mudando na economia ma-*

“Mudou o que é produzido, mudou o modo de produzir, mudou o volume da produção. O empresariado maranhense não pode ficar indiferente”

*ranhense? O que mudou nas estratégias e nas atitudes dos empresários da indústria?*

**Jorge Mendes** – Grandes mudanças estão acontecendo em todo sistema produtivo do estado. Tanto na indústria, quanto na agricultura e no setor de serviços. Não creio que seja para melhor – até pelo contrário – em termos de resultados para o desenvolvimento econômico e social para o estado, mas que a economia em geral está mudando, é um fato. A agricultura de subsistência, antes predominante, dá lugar para o agronegócio baseado na produção, em larga escala, da soja e outros produtos agrícolas, e para a pecuária de leite e corte. A indústria antes se resumia a fábricas esmagadoras da amêndoa do coco babaçu para a produção do óleo, — do que o meu pai, Bento Mendes, foi um dos pioneiros — e a alguns outros ramos, em escala hoje considerada pequena. Atualmente, ela se orienta mais para a minero-siderurgia e para a metalurgia, por causa das disponibilidades de matéria prima e de infra-estrutura rodo-ferroviária,





**Jorge Mendes:**  
“Não há estado  
desenvolvido  
sem indústria  
forte”

com a produção destinada para o mercado externo, aproveitando a logística de exportação representada pelo complexo portuário do Itaqui. Dentre outros produtos industrializados em menor escala, destacam-se os derivados da madeira. O setor serviços, principalmente depois da instalação dos grandes projetos da Vale do

Rio Doce e do Consórcio Alumar, tornou-se o mais dinâmico e o que mais ocupa mão-de-obra. São tempos de grandes transformações ocorridas no contexto econômico estadual. Mudou o que é produzido, mudou o modo de produzir, mudou o volume da produção. O empresariado maranhense não pode ficar indi-

ferente. Ele precisa envolver-se para participar, porque ninguém melhor que ele conhece a nossa realidade e, afinal de contas, este estado é nosso, dos nossos filhos e netos.

**MA Industrial** – *O senhor demonstra sempre uma preocupação muito especial com as micro e pequenas empresas. Como ficam esses pequenos empreendedores diante da nova realidade de grandes investimentos, como o do esperado pólo siderúrgico?*

**Jorge Mendes** – Principalmente depois da chegada da Vale do Rio Doce e da Alumar, os grandes projetos passaram a ter destaque, tanto na indústria quanto no setor agropecuário, sendo que a exportação assume importância cada vez maior. É claro que todos esses grandes investimentos são bem-vindos. Eles fazem crescer a economia, aumentam a produção do estado, aumentam a arrecadação tributária e são, por isso, fator indispensável para o desenvolvimento. O meu interesse especial para com o pequeno empreendimento se baseia em duas realidades que considero muito importantes: a micro e a pequena empresa é que precisam efetivamente de apoio. Uma atuação permanente e positiva da Federação nesse sentido pode ser uma condição essencial para que se instalem e se desenvolvam com segurança; por outro lado, a micro e a pequena empresa têm um papel muito relevante na nossa economia: são elas os principais empregadores do estado e o princi-

pal instrumento de distribuição de renda. Sempre digo – porque disso estou convencido – que não existe uma economia desenvolvida no meio de uma população pobre. É preciso que a população disponha de dinheiro para melhorar o seu nível de vida, e inclusive para garantir a sobrevivência de nossas próprias empresas. Acho que a Fiema deva estar sempre do lado do pequeno empreendedor, que é quem realmente precisa dela.

**MA Industrial** – *Como o senhor vê a realidade da economia maranhense no futuro próximo. Para onde ela vai e o que de bom, ou de ruim, se pode esperar?*

**Jorge Mendes** – Desde agora, não se pode mais pensar numa economia maranhense isolada. É preciso vê-la num contexto regional. Uma grande região de que fazem parte o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste brasileiros, integrados pela Estrada de Ferro Carajás, pela Ferrovia Norte-Sul e a pela Companhia Ferroviária do Nordeste, assim como pela rede rodoviária nacional. O que sai pelo porto do Itaqui, por exemplo, é produzido nessa grande área: minério de ferro, alumínio, madeira compensada, móveis, esquadrias de madeira, além de grãos. O volume dessas exportações amplia-se de modo extraordinário, e vai crescer muito mais com o desenvolvimento dos grandes projetos já implantados e com a implantação dos que estão programados para o futuro próximo. O Maranhão não é,

hoje, o mesmo de ontem, como não será, amanhã, o mesmo de hoje. Essa nova realidade, as vantagens competitivas desfrutadas pelo estado, tudo sugere a necessidade de um forte ajuste no sistema econômico estadual, reconhecidamente tradicional e até primitivo em seus sistemas de produção. Essa rearrumação já está acontecendo através dos gran-

“O Maranhão  
não é,  
hoje,  
o mesmo  
de ontem,  
como  
não será,  
amanhã,  
o mesmo  
de hoje”

des investimentos. Mas nós, os empresários e o governo, principalmente, precisamos fazer a nossa parte, planejando, investindo e, mais que isso, ingerindo-nos fortemente nesse processo, que nos diz respeito e é do maior interesse nosso, e dos demais maranhenses de hoje e do futuro.

**MA Industrial** – *Falando na Fiema, em que o senhor acha que ela mudou nestes últimos anos?*

**Jorge Mendes** – Principalmente

no foco, embora sem se afastar das funções tradicionais de defesa dos interesses corporativos da indústria. Os sindicatos afiliados continuam tendo toda a assistência e apoio em suas reivindicações e propostas relacionadas com o crescimento e desenvolvimento de sua atividade. A mudança não representa um acréscimo de atribuições, mas uma ênfase. Concentra-se na articulação empresarial, que passa a ser atividade prioritária e rotineira. Em nível de estado, procurando integrar o empresariado industrial em torno de ações de interesse para o desenvolvimento da indústria. Em nível regional, com o mesmo objetivo, mobilizando os setores produtivos locais e a sociedade, para a superação de obstáculos e estrangulamentos que limitam a atividade industrial da região. Trata-se de um esforço geral pela criação de uma cultura empresarial integrada, voltada para uma produção industrial competitiva nos mercados nacional e internacional. O estado tem a expectativa de novos grandes investimentos, como os do pólo siderúrgico, por exemplo. O trabalho da Fiema, em conjunto com as outras entidades empresariais maranhenses, busca assegurar a inserção da empresa local, tanto nas obras de engenharia e na prestação de serviços, como no esforço geral para adensar a cadeia produtiva através da difusão de empresas industriais, comerciais e de serviços, subsidiárias e complementares. Isso significa dinamizar a economia em geral, fa-

zendo reverter, em favor da população estadual, os benefícios do desenvolvimento gerado.

**MA Industrial** – *E o plano estratégico de Desenvolvimento Industrial: o que é, e porque se tornou a menina-dos-olhos do senhor?*

**Jorge Mendes** – O plano estratégico é a formulação técnica dessas idéias. É a maneira como a Fiema procurou expressar esse novo modo de atuação, e que é o fato novo dentro do setor produtivo maranhense: o empresariado industrial reconhece e aceita sua condição de agente essencial do desenvolvimento, e procura identificar diretrizes e políticas capazes de desencadear o desenvolvimento sustentável da indústria maranhense, otimizando a utilização dos recursos naturais disponíveis e as vantagens competitivas do estado. Essa visão está posta no Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão e o norteia. Elaborado com a participação ativa de empresários, agentes de governo, lideranças comunitárias e da sociedade civil em geral, o plano formula os grandes objetivos da indústria para os próximos vinte anos e expressa o que considera necessário que aconteça de parte dos governos e do empresariado, para realizá-los. O governo assegurando as pré-condições indispensáveis para o crescimento econômico – educação, saúde e saneamento, infra-estrutura econômica e social; os empresários, empreendendo e investindo de acordo

com as diretrizes e políticas de desenvolvimento e em sintonia com as potencialidades econômicas do estado.

**MA Industrial** – *Pelo visto, a experiência como presidente da Fiema tem transformado o empresário Jorge Mendes num defensor entusiasta do desenvolvimento estadual.*

“O Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial formula os grandes objetivos da indústria para os próximos vinte anos”

**Jorge Mendes** – Tenho que reconhecer que aprendi muito com essa experiência. O que espero é que essa nova característica da Federação das Indústrias permaneça como fator de uma atuação renovada e ajustada ao novo quadro econômico predominante no mundo moderno e no país. Com esse quadro o Maranhão precisa necessariamente se compor, sem esquecer que a economia tem que repercutir na melhoria da qualidade de vida de toda a popula-

ção. A tendência que se observa é de uma economia integrada regionalmente, dotada de infra-estruturas e de logística de largo alcance que a aproximam dos grandes mercados nacionais e internacionais, de forma competitiva. Vê-se, também, uma grande disposição empresarial de participar com garra dos grandes investimentos, ao invés de apenas assistir, operando uma política permanente de internalização da renda gerada, fazendo-a fluir no mercado local, e contribuindo para a elevação dos níveis de desenvolvimento da população maranhense. Esses são alguns dos fatores que estão a exigir dos empresários do Maranhão posicionamentos novos e uma atitude positiva diante das transformações que se operam à sua volta. É também o que leva a Fiema a assumir o desenvolvimento industrial como responsabilidade sua e a realizar ações inéditas, na definição e na execução dos projetos que considera prioritários. Como simples empresário, minha maior atenção volta-se para a saúde e fortalecimento de minha empresa. Como presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, devo ocupar-me com o desenvolvimento da atividade industrial, e assim, com o desenvolvimento do estado como um todo, porque não há estado desenvolvido sem indústria forte, e não há indústria forte e duradoura num ambiente de atraso e estagnação: é uma visão política da qual o presidente da Fiema não se pode distanciar. ■

## Principal indústria do estado, o setor de ferro-gusa maranhense tem enfrentado vários desafios neste primeiro semestre

RAQUEL ARAÚJO

Em 1984, era produzida a primeira tonelada de ferro-gusa em Açailândia, no sul do Maranhão, a 445 km de São Luís. Passados mais de vinte anos, o estado já se encontra entre os quatro primeiros produtores do Brasil e é responsável por 15% da produção nacional, contando com um parque industrial formado por cinco siderúrgicas em Açailândia (Fergumar, Gusa Nordeste, Simasa, Pindaré e Viena), uma em Bacabeira (Margusa) e uma em Pindaré-Mirim (Cosima).

Produto intermediário entre o minério de ferro e o aço, o ferro-gusa é o resultado da reação do carbono do carvão vegetal com o minério de ferro, sob altas temperaturas. Em 2004, o pólo guseiro maranhense, com as sete indústrias, exportou 1,5 milhão de toneladas para países como Japão, China, Taiwan, Coréia, Itália, Espanha, Alemanha e Estados Unidos. Por isso, a região que antes era pobre, hoje é responsável pela segunda maior partici-



# A crise do carvão

Imagem

pação no PIB do estado, atrás apenas de São Luís. Por isso, já é conhecida por muitos como a “capital econômica do interior do estado”. Os números do IBGE mostram ainda que, nos últimos anos, a cidade vem crescendo, aumentando a renda *per capita* e também o número de empresas instaladas. São locadoras de vídeo, livrarias, lojas de discos, além de inúmeros estabelecimentos de ensino. Após a instalação das siderúrgicas, a pequena cidade do interior do Maranhão deu lugar a um dos mais importantes municípios do estado, e um dos maiores pólos guseiros do país.

Segundo o prefeito de Açailândia, Ildemar Gonçalves, a instalação das siderúrgicas sem dúvidas vem trazendo benefícios para o município. “Nós entendemos que as siderúrgicas são muito importantes. Essas empresas têm aberto caminhos para que outras indústrias se instalem na região”. O prefeito afirma ainda que, após a instalação das gusarias,



**Açailândia:**  
necessidade  
diária de  
27 000 m<sup>3</sup>  
de carvão  
para os  
altos-fornos

Açailândia cresceu: “Todos os lugares onde indústrias desse tipo são instaladas, crescem. Por isso, o município está crescendo em vários setores e o setor guseiro é o mais forte deles. Por isso, estamos nos esforçando para que as siderúrgicas continuem em Açailândia, apesar dos problemas vividos com a crise gerada pelo carvão paraense”, assegura Ildemar.

O problema a que se refere o prefeito teve início em 6 de maio, quando o governo do estado do Pará baixou a portaria nº 156, da Secretaria Estadual da Fazenda, aumentando o valor da alíquota do ICMS em 1 000% sobre as operações interestaduais. Com a medida, as siderúrgicas maranhenses ficariam obrigadas a comprar por 550 reais o metro cúbico do carvão vegetal, vendido anteriormente por 55 reais, segundo o estabelecido pelo Boletim de Preços Mínimos de Mercado, publicado pela Secretaria. Valor esse, utilizado como referência na emissão de notas

fiscais avulsas e base, também, nas operações de fiscalização que apreendem mercadorias que circulam sem documento fiscal. Ou seja, a indústria guseira maranhense seria inviabilizada, já que, dos 27 000 m<sup>3</sup> de carvão vegetal consumidos diariamente pelos altos-fornos de Açailândia, 90% são comprados na região de Paragominas, a maior produtora do insumo no Pará, e uma das maiores do país. Para se ter uma idéia, o município possui uma produção de cerca de 507 000 toneladas, o que correspondente a quase 65 % do total estadual (a maior registrada no Pará) e a pouco mais de 22% do total do país – 60% dessa produção é escoada para as usinas instaladas em Açailândia e apenas 40% é consumida pelas siderúrgicas instaladas no pólo de Marabá (Cosipar, Ibérica, Simara, Terra Norte e Usimar), na região sudeste do Pará.

Além de Paragominas, existem indústrias e pequenos produtores de carvão vegetal

nos municípios de Tailândia, Tomeaçú, Goainésia, Jacundá, Tucuruí, Rondon do Pará, Itinga do Pará, Dom Eliseu, Ulianópolis, Ipixuna e Mãe do Rio. Toda essa produção conta com a força de trabalho de 15 000 pessoas, empregadas diretamente pelo setor carvoeiro paraense, incluindo indústrias e pequenos produtores. Indiretamente, esse número salta para 60 000 pessoas que têm atividades ligadas à produção de carvão vegetal. Se forem consideradas as famílias envolvidas, o estado paraense possui 180 000 pessoas dependendo da venda de carvão vegetal para sobreviver. No Maranhão, o pólo siderúrgico é ainda responsável direto por mais de 3 000 postos de trabalho. Indiretamente, as indústrias guseiras maranhenses empregam mais de 30 000 trabalhadores.

Diante das ameaças de uma crise sócio-econômica sem precedentes, o Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão, o Sifema, pediu ajuda ao governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares, além da classe política e empresarial do estado. Estavam em risco o emprego de mais de 60 mil pessoas nos dois estados, envolvidas nas atividades de carvoarias, transporte, metalurgia e serviços relacionados, além das ameaças eminentes de fechamento de empresas e o fim dos projetos sociais nas regiões beneficiadas. E a consequência mais grave: a inviabilização da produção de ferro-gusa no Maranhão, bem como a instalação de qualquer outra atividade industrial que tivesse o carvão vegetal como insumo.

Entretanto, em 3 de junho, o Diário Oficial do Pará publicou outra portaria, desta vez revogando o conteúdo 156/SEFAZ-PA. O novo documento, de nº 191, também da Secretaria Estadual de Fazenda, determina, no Boletim de Preços Mínimos de Mercado, o valor de 75 reais para o metro cúbico do carvão vegetal, tanto em operações internas como interestaduais. Para o diretor do Sifema, Cláudio Azevedo, a decisão do governador Simão



Imagem

#### **Nascimento: a espera de uma decisão**

Jatene em voltar atrás na medida anterior foi uma vitória do Maranhão, que se mobilizou, através das classes políticas e empresariais em defesa da indústria de ferro-gusa no estado.

Azevedo ressalta o empenho do governador José Reinaldo Tavares e equipe, do presidente da Assembléia Legislativa do Estado, João Evangelista, além das bancadas maranhenses na Câmara e Senado Federal, e o prefeito de Açailândia, Ildemar Gonçalves. “Foram fundamentais os apoios dos deputados Sarney Filho, Gastão Vieira, Nice Lobão, Sebastião Madeira, João Castelo, Ribamar Alves, Teresinha Fernandes, Manoel Ribeiro e Deusdeth Sampaio, e dos senadores Edson Lobão, João Alberto, Roseana e José Sarney, que defenderam arduamente a permanência das indústrias de ferro gusa do estado”, destaca Cláudio Azevedo, acrescenta que foram muito importantes também as manifestações de apoio que o setor recebeu de toda a classe empresarial do Estado do Maranhão, através de entidades como Fiema, Fórum Empresari-

al, Associação Comercial, dentre outras.

Porém, apesar de toda a comemoração do setor em virtude da mudança de posicionamento do governador paraense, Simão Jatene, as indústrias ainda vêem com cautela a decisão. O diretor de uma das indústrias, a Fergumar, Vagner Brugnara, ressaltou que, apesar de a nova portaria ter revogado o aumento exagerado de 1 000% na alíquota de ICMS, as sobretaxas sobre o insumo permanecem. Ele explica que, segundo o que diz a legislação, o governo paraense deveria cobrar um ICMS de 12% sobre o valor real da mercadoria no mercado interno, que é de 53 reais. Entretanto, a nova portaria estabelece, no mesmo Boletim de Preços Mínimos de Mercado, que o imposto passe a ser cobrado sobre o valor de 75 reais para cada metro cúbico do produto. “A nova portaria ameniza o problema, mas o governo paraense continua com uma postura inconstitucional”, disse Brugnara.

Ele enfatiza ainda que a nova pauta do insumo aumentará em 6 reais por tonelada os custos de produção do ferro-gusa maranhense. “As nossas siderúrgicas continuam perdendo em competitividade para as paraenses por causa dessa questão envolvendo o carvão vegetal. Além disso, o erário maranhense também perde, visto a não cumulatividade do imposto”, diz Brugnara. O diretor lembra que as indústrias paraenses têm mais uma vantagem sobre



Imagem

as maranhenses, que é o fato de não acumularem créditos fiscais, já que adquirem o carvão vegetal e o minério com ICMS diferido. Os créditos acumulados do ICMS são regulamentados pela lei federal 87/96, a chamada Lei Kandir, que determina que as empresas exportadoras têm direito de ter ressarcimento de seus custos com o imposto, transformados em créditos, que devem ser compensados pelo governo do estado.

As indústrias maranhenses exportam 100% de sua produção para mercados internacionais, o que rendeu, apenas em 2004, 400 milhões de reais. Para o ano de 2005, esses resultados não devem se repetir. Não só pela crise gerada em torno do carvão vegetal paraense. Em 3 de junho, quando as siderúrgicas maranhenses ainda comemoravam a notícia da revogação da portaria paraense da sobretaxa recorde do ICMS sobre o carvão vegetal, o presidente da Associação das Siderúrgicas

**Produção em queda: 10% a menos já partir de junho**

## Decisão continua sendo esperada

Independente de o governador Simão Jatene ter decidido voltar atrás na taxaço do carvão vegetal produzido no Pará, o governo do Maranhão ainda aguarda a decisão judicial sobre a ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental, convertida em ADIN, e que está sendo analisada pela ministra do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie.

A ministra analisou a matéria em 2 de junho, porém, argumentou que, dada a importância do caso, precisava solicitar o parecer, em ca-

ráter urgentíssimo, do procurador geral da República, Cláudio Fonteles. A expectativa das indústrias e do governo do estado é que a questão seja resolvida rapidamente, sobretudo depois que o governo paraense acenou a “bandeira da paz” com a revogação da portaria que motivou a ação.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Ferro-Gusa do Estado do Maranhão, Ricardo Nascimento, acredita que a decisão federal deva ser favorável às indústrias maranhenses.

gicas de Carajás, a Asica, André Cândia, anunciou que, agora em junho, todas as siderúrgicas do Sistema Norte (Maranhão e Pará) serão obrigadas a diminuir em 10% o ritmo de produção nos alto-fornos. As causas para a redução são três: a acentuada desvalorização do dólar americano, a queda de até 40% no preço internacional do ferro-gusa, e a elevação de 79% no preço do minério de ferro.

A queda na produção está sendo acompanhada da suspensão dos investimentos do setor previstos para o ano de 2005. “Tivemos que adiar, por exemplo, a entrada em operação de cinco novos alto-fornos já nos próximos meses, o que nos impede de gerar novos postos de trabalho. Para se ter uma idéia, cada alto-forno gera 250 empregos diretos”, lamenta o presidente. E as expectativas da Associação para os próximos meses são de continuidade

da queda de produtividade. Cândia prevê que as indústrias cheguem a reduzir em 25% a produtividade em julho, e avisa: “Estamos preparados para reduções ainda maiores nos meses seguintes”. O novo ritmo de produção compromete a previsão que a Asica havia previsto para o Setor Norte em 2005, fixada em 1 bilhão e 468 mil toneladas de gusa durante o ano.

Mesmo com tantos desafios e obstáculos, a indústria maranhense de ferro-gusa promete permanecer se destacando como o principal setor industrial do Maranhão. O diretor do Sifema, Cláudio Azevedo, acredita que 2005, apesar de difícil, é um ano importante para o setor, pois demonstrou para os maranhenses a força e a importância da indústria de ferro-gusa para o desenvolvimento econômico do estado. ■

## Novas alternativas

Depois de conquistarem mercados importantes como o americano e o japonês, as siderúrgicas maranhenses estão sendo alvo de interesse de empresários holandeses. Entretanto, o que interessa os holandeses não é o ferro-gusa, mas um subproduto gerado no processo siderúrgico: a moinha de carvão.

Em março, um grupo formado pelo representante da delegação comercial holandesa, Laurens Steen, pelos empresários do ramo de energias alternativas da Biopower Internacional, Evert Jaarsma e Frank de

Vriess, e do ramo portuário da Amazon Log, José Ronaldo de Oliveira Silva, desembarcou pela primeira vez no Maranhão. Eles foram recebidos pela diretoria do Sifema e explicaram o interesse pela moinha.

O grupo voltou ao Maranhão em maio, dessa vez a Açailândia, para conhecer pessoalmente as indústrias instaladas no município. Segundo Cláudio Azevedo, que acompanhou o grupo, os empresários saíram bastante entusiasmados com o que viram e certos do sucesso da parceria.

**Holandeses em Açailândia: interessados em moinha de carvão**



Imagem





**Setor mobiliza  
33 000  
trabalhadores  
somente no  
Maranhão**

## Produção e mercado

A produção de ferro-gusa das siderúrgicas maranhenses foi de 1,5 milhão de toneladas no ano passado, fazendo do estado o 4º no ranking nacional, concentrando 15% de tudo o que é produzido no país.

“Não podemos jogar no desespero e na tragédia das dificuldades financeiras milhares de famílias e dezenas de empresas que tanto contribuem para a estabilidade econômica de nosso País”.

*Edson Lobão, senador.*

“Não se pode de um momento para outro decretar unilateralmente a falência de um setor. É uma agressão ao pacto federativo, a milhares de pessoas que sobrevivem desse setor”.

*Sebastião Madeira, deputado.*

“Eu penso que esta é uma atitude descabida, que traz prejuízos para a economia do Maranhão e também para o setor guseiro, de modo que é inadmissível esta medida. O governo do Maranhão deve tomar providências para rever esta medida que nos faz perder a competitividade”.

*Luís Carlos Cantanhede, presidente do Fórum Empresarial*

“Essa medida é inconstitucional, pois, um estado não pode prejudicar a economia de outro. Essa medida do governo do Pará tem por trás alguma outra razão que não a expressa. A Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, exporta matéria-prima do Pará, através do porto do Itaqui, isso gera créditos de ICMS nessa exportação, privilegiando o Pará em detrimento do Maranhão. Além disso, na região de Paragominas, onde o carvão é produzido, a quantidade que é feita é muito superior à capacidade de absorção desse insumo. Então a saída é uma discussão diplomática com o governo do Pará, em primeiro momento”.

*Jorge Machado Mendes, presidente da Fiema*

# Todos já estão



# aqui. E você?

O SENAI está presente em mais de 87% dos 217 municípios maranhenses com uma carteira de 146 cursos em 15 áreas industriais. O SENAI Maranhão atendeu somente no ano passado mais de 18 mil pessoas. Estes números ajudam a manter o SENAI líder em ensino profissional. Procure uma de nossas escolas e inscreva-se na maior e mais tradicional instituição de educação profissional da América Latina.



EDUCANDO PARA AS TRANSFORMAÇÕES

Unidade Operacional Raimundo Franco Teixeira

Av. Getúlio Vargas, 2.888 - Monte Castelo, São Luís - MA

Telefax: (98) 3221-0512 / 2615 / 3232-0122

[nitdrft@fiema.org.br](mailto:nitdrft@fiema.org.br)

CETAM - Cento de Educação Tecnológica e Ações Móveis

BR 135, Km 05 - Tibiri

Fone: (98) 3241-1214 / 1531 / 3232-0122 • Fax: (98) 3241-1898

[cetam@fiema.org.br](mailto:cetam@fiema.org.br)

# Desafio e oportunidades

O agronegócio brasileiro representa, hoje, 44% das exportações, 33% do PIB e 37% dos empregos, ocupando em torno de 48,5 milhões de hectares, onde são produzidas aproximadamente 120 milhões de toneladas de grãos, segundo dados da Conab, a Companhia Nacional de Abastecimento.

O nosso campo levou o Brasil a ocupar a 6ª posição no ranking dos dez principais países exportadores de produtos agrícolas do mundo, em 2003, com 20,9 bilhões de dólares de produtos exportados, ficando atrás apenas dos EUA (62,31 bilhões de dólares), França (42,1 bilhões de dólares), Holanda (41,9 bilhões de dólares), Alemanha (32,8 bilhões de dólares) e da Espanha (21,4 bilhões de dólares), o que é perfeitamente compreensível. O agronegócio brasileiro tem hoje um *mix* interessante: somos o maior exportador mundial de carne bovina, frango, soja, tabaco, couro e calçados. O país também é o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Mas, o destaque principal está no complexo de soja, que, em 2004, faturou cerca de 10 bilhões de reais.

A justificativa para a importância do complexo de soja deve-se à sua aplicabilidade



na indústria de alimentos e representa também a principal fonte de proteína para rações de animais. A produção mundial de soja está concentrada em quatro países: EUA (40%), Brasil (24%), Argentina (18%) e China (8%), que respondem juntos por 90% da produção mundial – 72% da produção brasileira é exportada em forma de grãos, óleo e farelo.

O nosso desafio, entretanto, é o escoamento, a logística que envolve todo esse processo. Por isto mesmo o Brasil busca soluções. Uma delas está no Corredor Centro-Norte, que se configura como uma das alternativas mais viáveis para o escoamento da produção de uma vasta região, que abrange os estados do Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Pará, Piauí e Goiás, e que representa 51% da produção de soja, 23% da produção de milho, 33% da produção de arroz e 83% da produção de algodão do país.

O assunto tem tanta importância que foi criado um fórum de discussões, o Encontro sobre o Corredor Multimodal Centro-Norte, cuja 11ª edição foi realizada em 4 de maio deste ano, em Brasília. O evento contou com a participação de mais de 200 pessoas, entre representantes de órgãos governamen-

tais, empresas privadas e entidades de classe. O Maranhão foi representado por membros da Fiema, da Emap, do Sebrae e da Associação Comercial.

O âmago da questão é exatamente a união de todas as correntes para fortalecer o Corredor Centro-Norte, cobrar investimentos públicos e incentivar investimentos privados, para melhorar o transporte e garantir o perfeito funcionamento da logística multimodal, como forma de fortalecer a economia regional e aumentar a competitividade do agronegócio brasileiro.

E nessa questão, o Maranhão leva vantagem em relação a outros estados produtores: tem o complexo portuário de São Luís (integrado pelo porto do Itaqui e pelos terminais da Vale e da Alumar) e conta com a possibilidade de ser a principal porta de um sistema de transporte multimodal, integrado pelas hidrovias do rio Araguaia e Tocantins, pelas rodovias BR 158 e BR 153 e pelas ferrovias Norte-Sul e Carajás.

Nas apresentações do evento, Adalberto Tokarski, presidente da Associação do Corredor Norte, Silvio Porto, da Conab, Josenir Andrade, da Ahitar, Francisco das Neves, da Valec, João Muniz, da Emap, e Eduardo Calleia, da Vale do Rio Doce, dentre outros, ficou evidenciado que, a integração de esforços para a concretização de alternativas logísticas que se utilizem da multimodalidade para o escoamento da safra dessa região, trará grande sinergia e economia de escala para o nosso agronegócio.

Nossa avaliação é de que o evento contribuiu muito para a disseminação de informações importantes para toda a classe empresarial envolvida no agronegócio ou em negócios de logística.

O conhecimento e interação dos diversos setores, desde fornecedores de insumos a armazenagem e diversos serviços de logística, dentre outros, tem trazido a cada ano mais competitividade para a região produtora, e ainda várias oportunidades de negócios para o empresariado local.

O apoio institucional a todas as ações que consolidem o Corredor Centro-Norte deve ser prioritário no Maranhão, pois além da região produtora do sul do estado, toda a logística culmina prioritariamente aqui em nosso porto do Itaqui.

Vamos, portanto, nos integrar a este movimento, que deve ser político, para assegurarmos a prioridade na aplicação dos recursos públicos necessários à conclusão de serviços

essenciais como a BR 158, a hidrovia do rio Araguaia e a Ferrovia Norte-Sul; e empresarial, para buscar a interação de diversos setores, como fornecedores de insumos, armazenagem, diversos serviços de logística, dentre outros, para fortalecermos a competitividade da nossa região produtora, e atrair ainda várias outras oportunidades de negócios para o empresariado local. ■

---

*\*Fernando Antonio Brito Fialho, ex-presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária, é engenheiro civil e atual diretor da Meta Participações Ltda.*

**“O conhecimento e interação dos diversos setores tem trazido a cada ano mais competitividade para a região produtora e, ainda, várias oportunidades de negócios para o empresariado local”**

# Fé no mercado

Industrial diz não ter problemas com mercado local e se prepara para investir mais 1,5 milhão de reais na produção

Os produtos não despertam muita curiosidade. Fabricar sabões e velas não requer muita tecnologia e também não constitui uma novidade na produção industrial do estado, uma velha beneficiária do óleo de babaçu, conhecido internacionalmente por suas propriedades láuricas e um diferencial certo na composição de produtos de limpeza à base de óleos e gorduras. O que chama a atenção na fábrica de Edvan da Silva Amâncio, a Sincoplema – Sociedade Industrial e Comercial de Produtos de Limpeza do Maranhão, tocada em parceria com a mãe, Maria de Jesus Amâncio, é a tenacidade como o negócio vem sendo conduzido no bem cuidado parque in-

dustrial, implantado no bairro de Fazendinha, em Caxias. São dois amplos galpões e mais instalações administrativas, onde 64 empregados e uma média de 32 trabalhadores terceirizados vêm produzindo atualmente 70 mil caixas de sabão e 2 000 caixas de velas todos os meses, em diferentes formatos, embalagens e cores. Marcas como *Brasil*, *Ducastro*, *Lacoimbra*, *Liderança* e *Lavabem* que compõem com as velas *São Francisco* e *Luz do Oriente* um luxuoso catálogo de produtos que circula em mãos de uma rede de distribuidores e representantes espalhados por estados do Norte e Nordeste, desde a Bahia ao vizinho Pará.

**São Francisco e Luz do Oriente:**  
**2 000 caixas todos os meses**



Para Edvan Amâncio, os resultados da recente pesquisa realizada pelo Campi/Fiema sobre a aceitação dos produtos maranhenses por consumidores e supermercadistas não o surpreende. “Meus produtos sempre foram bem aceitos no estado”, confessa com a vivência de quem se enveredou pelo ramo da produção desde 1986, quando o pai, Manoel Amâncio Sobrinho, resolveu ampliar o seu negócio de farmácias (seis em todo o estado – duas em São Luís) com uma pequena fábrica de sabão para abastecer Caxias. Manoel Amâncio já conhecia o mercado, onde fora por algum tempo representante de Armando Vieira Chaves, conhecido produtor de sabão na região. Assim, com mais três empregados, deu início as operações de uma primeira fábrica, com uma produção de 70 000 quilos de sabão ao mês. Foi nessa época que nasceu o sabão *Lavabem*, o primeiro produto e um sucesso de venda logo após o lançamento. Com os negócios indo bem, Amâncio resolveu, em 1990, ampliá-los: montou a Cenol – Cerâmica do Nordeste Ltda, que hoje produz 1 milhão de tijolos/mês e emprega 50 empregados. Em



F. Álvares

1996, foi a vez da compra da Indústria de Velas São Francisco, uma marca que já existia na cidade há 51 anos. Finalmente, realizado, o velho Amâncio resolveu deixar tudo para os filhos e a mulher, para se dedicar a atividades agro-pecuárias, um sonho acalentado desde quando decidiu sair da cidade natal no município Dom Pedro, em 14 de dezembro de

**Edvan Amâncio: apostas no mercado**



F. Álvares

**Embalagem de sabão: projeto para linha líquida**

1975, em busca de um centro maior onde pudesse melhor educar os filhos.

Hoje, comprada a parte dos irmãos e tendo somente a mãe como sócia, Edvan Amâncio se prepara para um novo salto. É sua intenção entrar no ramo de produtos de limpeza da linha líquida. Os investimentos deverão chegar a 1,5 milhão de reais ainda este ano: 30 % em recursos próprios e já empregados e 70% de uma contrapartida negociada com o Banco do Nordeste, através do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, o FNE. Com a sua conclusão, a Sincoplema passa a trabalhar também no mercado com água sanitária, detergentes, desinfetantes, amaciantes, produtos de multiuso e sabões líquidos. Uma faixa de mercado dominada por grandes empresas nacionais e que não admite aventuras, falta de visão do negócio e um pouco de ousadia. E segurança é o que parece não

faltar a Edvan. Segundo ele, os produtos da Sincoplema atendem a rigorosos controles de qualidade, desde a matéria-prima utilizada, passando por embalagens práticas e modernas, até a sua distribuição. Critérios que o colocam em condições de igualdade a qualquer fornecedor dos mesmos produtos. “Tudo pensado para facilitar a vida do distribuidor e do consumidor”. Edvan fala da utilização de matéria-prima integralmente pura, o que torna os produtos mais duradouros e consistentes, e embalagens que permitem melhor acomodação para transporte e disponibilização em perfeitas condições de uso e avaliação pelos mais exigentes consumidores. Diferenciais estes, destacados em texto de seu catálogo de produtos, e que transmitem a essência do que considera como regra básica da Sincoplema, a ser copiada por quem queira competir em qualquer mercado, em vantagens de condições.

**Rigor na  
qualidade:  
garantia de  
competição  
em pé de  
igualdade**



F. Álvares







# Gosto amargo

Mais da metade do mel produzido na Baixada Maranhense deixa o estado de forma clandestina

LEDILCE FONSECA

Entre as mais promissoras formas de geração de divisas para o Maranhão, e que também poderia realizar a inclusão social das populações carentes do interior do estado, está a produção e a comercialização de mel e outros derivados da atividade apícola (própolis, geleia real, etc). No entanto, a falta de incentivos, treinamento, estrutura inadequada e o comércio clandestino de grande parte do mel extraído nos pólos maranhenses empresta à atividade um gosto amargo.

De acordo com José Ribamar Abas, presidente da Turimel, cooperativa que reúne os produtores de mel da Baixada Maranhense, mais da metade do mel extraído na região é vendido de forma clandestina para outros estados, totalizando aproximadamente 1 milhão de reais por ano. As vendas acontecem principalmente para o Piauí, Ceará e São Paulo. Isso representa 250 das 490 toneladas produzidas que saem do estado sem pagar impostos. As outras 240 são comercializadas através da co-

**Vendas realizadas principalmente para o Piauí, Ceará e São Paulo**

operativa. “O mais grave é que as mesmas empresas que compram a produção de forma legal, também compram de forma clandestina, incentivando a prática de extração predatória”, frisou Abas.

**Mel:** em sua biodiversidade, com uma diversidade  
**19 000** de flora enorme, clima definido, vegetação  
**colméias** sem contaminação de agrotóxicos, sendo con-  
**e produção** siderado o “eldorado do mel”, o que possibi-  
**de 490** lita a extração de um produto de alta qualida-  
**toneladas/ano** de, o problema do comércio clandestino ain-



Turimel

da não tenha tido a atenção que merece. Atualmente, a apicultura maranhense conta com 19 000 colméias, número bastante reduzido se comparado aos números de outros estados do país, que não contam com as nossas vantagens naturais.

O Piauí, um dos maiores produtores de mel do Brasil, tem uma apicultura muito mais avançada que a do Maranhão. Isso apesar da produção de mel daquele estado se concentrar em municípios localizados em regiões agrestes, onde predomina um clima árido e seco. O caso do Piauí é emblemático. Grande parte do mel exportado pelo Piauí para países como Alemanha e Itália é oriundo do Maranhão.

O mel produzido no Maranhão e comercializado clandestinamente, além de não gerar divisas sob a forma de impostos, também tira o emprego de centenas de pessoas que poderiam trabalhar na industrialização do produto. Somente a Cooperativa Turimel absorve a mão-de-obra de 1 800 famílias. “O mel é uma atividade excelente, gera emprego e distribui renda com muita rapidez, além de preservar o meio ambiente. Por conta desses fatores, a atividade da apicultura é muito importante no combate da desigualdade social e a fome da nossa região”, ressalta Abas. ■

## Atividade secular

A criação de abelhas é uma atividade que vem sendo realizada há séculos pela população maranhense. Dentre as abelhas mais manuseadas pelas famílias de agricultores, destaca-se a abelha *melipona compressipes fasciculata*, a indígena ou tiúba, como é popularmente conhecida e tradicionalmente criada. Isso se deve, ao fato de que quando comparada com outras espécies de abelhas sem ferrão, a abelha tiúba destaca-se pela sua grande produção de mel, pólen e geoprópolis, fruto de uma

pré-seleção genética realizada durante séculos pelos índios maranhenses. Entretanto, até os meados da década de 70, a sua criação não era completamente desenvolvida. A partir dos anos 80 começou um extenso trabalho envolvendo a biologia, conservação e o manejo, visando o aproveitamento dessas abelhas com maior racionalização. No início da década de 90, intensificou-se a Meliponicultura no Estado e os estudos avançaram envolvendo a biologia, o manejo e a genética molecular.



Sesi

**Metas:**  
**10 000 até**  
**o final do**  
**ano e**  
**100 000**  
**para 2006**

# A preço de banana

## Sesi operacionaliza programa federal de combate ao desperdício de alimentos

Se de um lado o país joga na lata de lixo nada menos que 12 bilhões de reais em alimentos, de outro pelo menos 17 milhões de brasileiros estão desnutridos. Os dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, a FAO, respectivamente, tornam mais que oportuno o Programa Cozinha Brasil, uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Conselho Nacional do Sesi, lançado no estado com o apoio da Federação das Indústrias FIEMA e execução do Sesi-MA.

Os números de uma pesquisa realizada em São Paulo dão conta do desperdício de alimentos desde a produção até a casa do consumidor. Os 12 bilhões de reais em comida jogada fora dariam para alimentar oito milhões

de famílias por um ano, o equivalente a 30 milhões de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza. Os dados mostram que somente os supermercados jogam fora 13 milhões de toneladas de alimentos a cada ano. São mais de mil toneladas de produtos das feiras livres que têm como destino certo os lixões. Pelos menos 25% de tudo o que se produz em frutas, verduras e legumes no país é jogado fora, isso sem contar as sobras dos restaurantes e cozinhas industriais e do desperdício diário que ocorre dentro de casa, onde pelo menos 30% do que é comprado não é consumido.

Os prejuízos não param por aí. Só na agricultura, 20% ou mais de toda a produção nunca chegarão à mesa do consumidor, em virtude de problemas no transporte e na distribuição dos alimentos e até mesmo na aco-

modação de frutas, legumes e hortaliças nas prateleiras. E mais: de cada quilo de lixo produzido todos os dias, por moradores das grandes cidades, de 50 a 70% seriam alimentos, de acordo com a mesma pesquisa.

Cenários como esse se repetem em todo o país. Para mudar esse quadro o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio do Programa Fome Zero, e o Conselho Nacional do Sesi, a partir da experiência do Programa Mesa São Paulo, com a produção de refeições ao custo de 1 real, decidiram investir no Programa Cozinha Brasil.

O programa, que chega ao estado com o apoio da Federação das Indústrias e Sesi Maranhão, responsável pela operacionalização, visa a preparação de alimentos de forma racional, econômica e sem desperdício, objetivando fazer frente ao problema da fome. Em todo o país, serão mais de 10 500 mil pessoas capacitadas até o final do ano e 100 mil até 2006. “O programa visa assegurar um processo educativo permanente, destinado a



**Unidade Móvel:  
aulas em São Luís  
e no interior  
do estado**

Sesi

## Geléia de Casca de Frutas

Custo unitário: R\$ 0,01  
Valor calórico da porção: 47,95 kcal  
Rendimento: 15 porções  
Tempo de preparo: 40 min



Ingredientes	Quantidades	Preço
Casca de maçã	2 unidades	-
Casca de goiaba	2 unidades	-
Casca de pêra	2 unidades	-
Casca de mamão	1 xícara (chá)	-
Água	3 xícaras (chá)	-
Açúcar	8 colheres (sopa)	R\$ 0,15
		<b>Total: R\$ 0,15</b>

Coloque em uma panela 2 xícaras (chá) de água e as cascas de maçã, goiaba e pêra. Deixe ferver até amolecer e reserve. Em outra panela, coloque as cascas de mamão com 1 xícara (chá) de água e deixe ferver até amolecer. Após o cozimento despeje a água e reserve a casca de mamão. Despeje as cascas de frutas com a água e a casca de mamão no liquidificador, batendo até formar um purê. Em uma panela, misture o purê de frutas com o açúcar e deixe cozinhar até atingir o ponto de geléia.

*Dica: Sirva com pão de milho americano; fica uma delícia!*





fazer do ato de preparar o alimento uma cultura promotora de saúde, bem-estar, geração de renda e desenvolvimento com sustentabilidade”, frisou a coordenadora estadual do Programa, Simone Gaspar.

Preparados para disseminar entre a população de todas as classes sociais o aproveitamento integral dos alimentos, como cascas, talos e sementes, os técnicos do Sesi Maranhão irão ministrar em unidade móvel – nos bairros de São Luís e em seguida no interior do estado – cursos de curta duração e que visam multiplicar a informação de uma alimentação. “O Maranhão será o primeiro estado a fazer a integração entre o Programa de Alimentos Seguros, o PAS, e o Cozinha Brasil. O compromisso do Sesi é expandir essas ações para todo o estado com a ajuda de parceiros como as prefeituras, empresas, sindicatos, associações de classe e entidades comunitárias, contribuindo para a qualidade de vida do maranhense”, frisou Elito Hora Fontes Menezes, superintendente do Sesi/MA. ■

## Mandioqueijo



Cozinhe a mandioca até desmanchar. Amasse com um garfo e acrescente o ovo, a margarina e a farinha de trigo. Verifique o sal. Com as mãos umedecidas, faça bolinhas, empane na clara de ovo e no queijo. Leve ao forno para assar em forma untada por 20 minutos.

*Dica: Substitua o pão de queijo com um custo mais baixo.*

*Custo unitário: R\$ 0,23*  
*Valor calórico da porção: 175,65 kcal*  
*Rendimento: 8 porções*  
*Tempo de preparo: 40 min*

Ingredientes	Quantidades	Preço
Mandioca crua	2 xícaras (chá)	R\$ 0,20
Ovo	1 unidade	R\$ 0,16
Farinha de trigo	4 colheres (sopa)	R\$ 0,09
Margarina	2 colheres (sopa)	R\$ 0,15
Sal	a gosto	-
Para empanar:		
Clara	1 unidade	R\$ 0,16
Queijo ralado	70 g	R\$ 1,11
		<b>Total: R\$ 1,86</b>







Nestor Bezerra

# Fábrica da moda

Indústria maranhense de confecções realiza a sua quinta feira em São Luís

O que poderia ser uma tentativa de dinamização do setor, vem se transformando, a cada realização, em um sucesso no calendário dos eventos econômicos em São Luís. Já em sua quinta edição, a Fábrica da Moda Maranhense, organizada a cada mês deste ano, no centro de convenções do Sebrae/MA, com o apoio da instituição, da Fiema, Campi, e do Sindicato das Indústrias de Malharias e de Confecções de Roupas do Maranhão, o Sindvest, e da Cooperativa de Vestuário do Maranhão, a CCOPVESMA, o número de participantes mais do que duplicou. Empresários do ramo, atuantes em Imperatriz, pas-

saram a engrossar o número de expositores, que hoje chegam a 45 indústrias de micro e pequeno portes. Em seus tabuleiros e araras de exposição, consumidores comuns de varejo ou grandes lojistas do ramo de atacado podem encontrar desde as mais finas peças e acessórios que fazem a moda masculina e feminina, a roupas de praia, vestuários para animais, roupas íntimas, jeans, bolsas, cama e mesa, bordados, etc. Uma oferta que a cada mês vem aumentando em valores expressivos o número de negócios realizados, tanto em venda quanto no pós-venda, o que conseqüentemente servirá para fortalecer o setor.

E este é o grande objetivo da Fiema, quando se propôs a integrar-se à proposta. O Maranhão importa hoje de outros estados em torno de 195 produtos que facilmente poderiam ser produzidos internamente. Estas importações, segundo uma pesquisa realizada pela Fiema, através do Centro de Apoio a Micro e Pequena Indústria do Maranhão, representam algo em torno de 850 milhões de reais ao ano, se considerados somente os produtos que entram legalmente no estado, com nota fiscal. Dentre estes produtos, o estudo pôde destacar o ramo de alimentos, com 241 milhões de reais de importação, material de beleza e higiene, com 52 milhões de reais, e as confecções, artigos de couro e calçados, que somados totalizam perto de 152 milhões de reais, em produtos que facilmente poderiam ser fabricados por aqui, por pequenas indústrias, com pouco capital e razoável tecnologia. “As pesquisas mostraram também que nossos consumidores confiam e querem comprar produtos maranhenses, desde que saibam e tenham acesso a eles”, defende Afonso Oliveira, secretário executivo do Campi. “Outra constatação importante é que nas mesmas condições de qualidade e preço, os maranhenses preferem produtos do Maranhão aos de outros estados”, acredita o secretário, mostrando

dados das pesquisas realizadas.

A feira surgiu com o objetivo de criar uma marca e um conceito de comercialização dos produtos maranhenses a preços competitivos, nos moldes praticados atualmente em estados como Ceará e Pernambuco, pólos conhecidos no segmento de confecção do país. A estratégia é aumentar as vendas e fazer com que as empresas comecem a investir na melhoria da qualidade, design e aumento da produtividade, buscando crescimento e fortalecimento do setor, principalmente por meio de empresas de pequeno porte. Afonso Oliveira acrescenta ainda que as feiras têm sido um marco divisor no esforço de substituição das importações de outros estados e um fator preponderante para o desenvolvimento do setor, visto que não só os consumidores como principalmente os lojistas estão descobrindo que o Maranhão tem produtores de confecções com bom nível de qualidade, variedade e preço. Por isso, garante o secretário, um dos defensores da feira, “os empresários do ramo de confecção têm fechado bons negócios, o que pode garantir mudanças no fornecimento desses produtos para o mercado interno e, até, para o externo, o que dinamizaria de forma significativa o setor”, acredita, sem esconder uma certa empolgação. ■



Nestor Bezerra

**Moda maranhense: a cada mês, mais expositores e mais negócios**



**Rita Samara:**  
demonstração  
de maturidade  
e oportunidade  
de repensar a  
gestão como  
um todo

## Inscrições prorrogadas

Participação no Prêmio  
Sesi Qualidade no  
Trabalho pode ser  
requerida até 30 de junho

As indústrias maranhenses estão dando uma grande demonstração de compromisso social com o trabalhador e com a comunidade. Depois de o estado obter no ano passado um acréscimo de 52% na participação no Prêmio Sesi Qualidade no Trabalho, o PSQT, com 32 empresas participantes, este ano a perspectiva é dobrar esse número. O PSQT – uma ferramenta de gestão e um prêmio em reconhecimento à adoção de boas práticas de governança corporativa – teve as inscrições prorrogadas até 30 de junho. Mais uma oportunidade para o empresário avaliar políticas e programas nas áreas de gestão; educação e desenvolvimento; saúde, segurança e meio am-

biente; lazer e cultura e ações sociais.

Dez anos do Prêmio Sesi Qualidade no Trabalho estão demonstrando na prática que a adoção de políticas e compromissos socialmente responsáveis gera vantagens competitivas para as empresas e que, invariavelmente, contribuem para a qualidade de vida do empregado e ajuda a gerar, ainda, transformações sociais nas comunidades vizinhas. Foi demonstrando resultados nessas áreas – muitas vezes de simples concepção e com baixo custo de implementação – que empresas como Alumar, Eletronorte, Shalom e Pão Delano, esta última com reconhecimento regional, venceram o PSQT no ano passado em suas categorias.

E nem precisa ser de grande porte para obter bons resultados. É o caso da Pão Delano, de Imperatriz, que tem apenas 13 funcionários. Eflen Delano, proprietário da panificadora explica que a empresa se preocupa com o desenvolvimento da equipe de trabalho, oferecendo oportunidades de elevação da escolaridade dos trabalhadores e em ações educativo-preventivas na área de saúde.

“Quando a empresa se inscreve, já demonstra maturidade em ser avaliada pelos próprios empregados e tem a oportunidade de repensar a sua gestão como um todo, o que não deixa de gerar resultados positivos”, analisou a coordenadora estadual do PSQT, Rita Samara, acrescentando que a participação no PSQT é uma forma de a empresa avaliar seus próprios métodos e processos. As empresas em todo o país, disse ela, começam a compreender que o PSQT é uma ferramenta de desenvolvimento empresarial, auxiliando efetivamente o setor industrial a desenvolver uma gestão voltada para a responsabilidade social.

Com a prorrogação do prazo para as inscrições, a expectativa é que empresas de todos os ramos e instaladas em municípios maranhenses venham a se inscrever também. Estão participando do programa, setores industriais que vão da panificação, passando pelo têxtil e construção civil, até siderurgia. ■



# A marretagem é brasileira

Na véspera de minha viagem aos Estados Unidos, um amigo me deu o endereço de um médico americano, especialista em doenças tropicais. Esse médico, na fase perigosa da guerra, passou um ano no Rio de Janeiro, como médico dos americanos em serviço nessa cidade. Disse meu amigo que ele ficou encantado com o Brasil, e por isso fazia o que lhe fosse possível para os brasileiros.

Depois de um mês da minha chegada, revendo o caderninho de notas, dei com o endereço do consultório do referido médico, em New York. Nesse mesmo dia lhe procurei. Não estava sentindo nada, pois minha maior fortuna é gozar uma saúde de ferro. Chego até mesmo a dizer que se todas as pessoas fossem como eu, os farmacêuticos e médicos, morreriam de fome.

Cheguei ao consultório do dito médico acompanhado de Mister Mouse, meu intérprete. Quando falei em português ele me abraçou e falou em português arastado:

Oh! Do you speak english?

Ao que respondi:

- Não, só portuquingles.

Conversamos muito sobre o Brasil. Contou-me coisas do Rio de Janeiro, que eu desconhecia. Me mostrou correspondência dele com Getúlio Vargas, um amigo

que deixou no Brasil. Para encurtar a história, esse médico tirou-me sangue, um pouco de urina e de escarro e mandou fazer todos esses exames. Marcou o dia para eu voltar lá.

No dia marcado, quando cheguei, me mostrou as chapas, que ainda guardo comigo, e acrescentou:

- Seu estado é ótimo; só um homem do campo pode ser assim.

Eu lhe disse que era mesmo do campo, e em poucas palavras disse onde nasci e como fui criado. Perguntei quando devia, ele ficou quase dez minutos calado, depois disse:

- Não costumo cobrar os brasileiros, porém, para não lhe deixar embaraçado, dê 5 dólares, com exames e tudo.

Fiquei sem compreender, pois só a consulta valia mais que isso. Paguei e agradei. Quanto já ia saindo, ele disse:

- Enquanto o senhor não for, apareça para batermos um papo e, quando se sentir doente no Maranhão, me escreva dando os sintomas, que lhe responderei dizendo o que deve fazer.

Foi então que ele me olhou com ares estranhos e chamando-me, disse:

- Você está perdendo peso.

E me levou para a balança, pois já havia me pesado no dia da

consulta, e encontrou diferença de dois quilos. Disse-me:

- Já sei o que é, você não se deu bem com a comida.

De fato, a comida americana para mim é intragável e quase doce; vem o sal para se temperar na mesa. Então me aconselhou que fosse fazer as refeições no Restaurante Simão, e me deu o endereço.

Simão, proprietário do restaurante, é brasileiro do Rio Grande do Sul, vive em New York há doze anos, casado com uma americana. Ali se come comida brasileira. Me deu um cartão de apresentação ao tal Simão.

De lá mesmo, eu e Mister Mouse pegamos um táxi e rumamos para o restaurante. Entreguei o cartão do doutor. Simão me recebeu bem. Colocou-me em uma mesa, apresentou-me sua esposa e perguntou-me o que queria comer. Disse-lhe:

- Um frango bem assado, com os temperos do Brasil, com arroz e farofa feita com banha de porco.

Veio tudo. Ele mesmo veio nos servir e sentou de lado, conversando sobre o Brasil.

Quando veio a conta, 9 dólares. Com essa importância se comia nos Estados Unidos quase uma semana. Paguei, agradei e saí dizendo comigo mesmo: os brasileiros, de fato, são marreteiros!

# Um rio para todos... de todos

Não há um menino nascido na beira de um grande rio que não sonhe com essa jornada. Subir a correnteza, descobrir as lendas e os mistérios que tão teimosamente dessem com as suas águas, aguçando a imaginação, despertando os sonhos e os pesadelos das inúmeras horas de contemplação e puro remanso sobre as suas canoas e margens.

Mas José Fernandes foi mais longe. A traquinagem do velho menino se sobpôs ao escritor calejado. Com um grupo de amigos, na expedição tão sonhada, lendas e assombrações deram espaço para uma realidade bem mais cruel. Zé Fernandes já não via mais o rio de sua infância. Olhos farejadores e marejados descortinaram personagens bem mais cruéis que a velha “mãe-d’água”, que tanto povoou seus pesadelos. Os pesadelos agora eram outros. Bem mais reais. Zé viu o estado de abandono do velho amigo. Dos amigos que dependem desse velho amigo.

O livro *O Rio*, de José Fernandes, inicia com uma memória sentimental sobre o rio Mearim. Descreve suas enchentes, seus lagos, suas pororocas.

Faz uma abordagem da história do rio: o início de sua exploração pelas missões religiosas, logo após a fundação de São Luís; os

primeiros empreendedores, as lutas com os índios, seus primeiros habitantes, sua exploração até o advento das estradas de rodagem nos anos 60. Rememora as bucólicas viagens de vapores e lanches nos meados do século passado.

A obra traz notícias do que a imprensa vem divulgando sobre também outros rios, lagos e riachos do Maranhão no tocante aos problemas de erosão, assoreamento e poluição das águas, do desmatamento das margens e da questão ambiental de modo abrangente.

Refere-se às cidades ribeirinhas, com um histórico sobre cada uma delas, notadamente Arari, Vitória do Mearim, Bacabal, São Luiz Gonzaga, Pedreiras, Barra do Corda, Grajaú, Viana, Pindaré-Mirim e Formosa da Serra Negra, onde fica a sua nascente de difícil acesso, visitada pelo autor, que registrou, pela primeira vez, a sua exata localização e o início de sua degradação.

O livro narra a visita do autor a barragem do rio Flores, localizada em um afluente do Mearim, e descreve o abandono a que fora relegado pelos poderes públicos. Trata, ainda, de outra visita que fizera ao Lago Açu, suas observações sobre a pesca, seus pescadores, crendices populares e lendas curiosas.





### **JOSÉ DE RIBAMAR FERNANDES**

Nasceu em Arari, no Maranhão, em 1938. Advogado por profissão e escritor por devoção. Proprietário de gráfica, editou vários livros de autores maranhenses. Publicou *Poemas do Início*, *Caminhos da Alma* e *Portal do Infinito* (poesias); *Crônica Arariense* (crônicas); *A Representação Paritária na Justiça do Trabalho* (ensaio); e *O Educador Silvestre Fernandes* (biografia), que o consagraram na literatura maranhense. José Fernandes é membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, onde ocupa a cadeira 49, e da Academia Arariense / Vitoriense de Letras, cadeira 20, além da Academia Maranhense Maçônica de Letras, cadeira 20.

O último capítulo do livro conduz o leitor a um interessante “diário de bordo”, que trata da expedição que o autor e outras pessoas interessadas em meio ambiente fizeram, de lancha, ao longo do rio, pesquisando suas pequenas comunidades no que diz respeito à geografia, economia, educação, saúde e etiologia da população ribeirinha.

Esse capítulo conclui com valiosas sugestões com vista à preservação daquela importante bacia – sugestões capazes de subsidiar um avançado projeto de proteção do rio e dos habitantes da região.

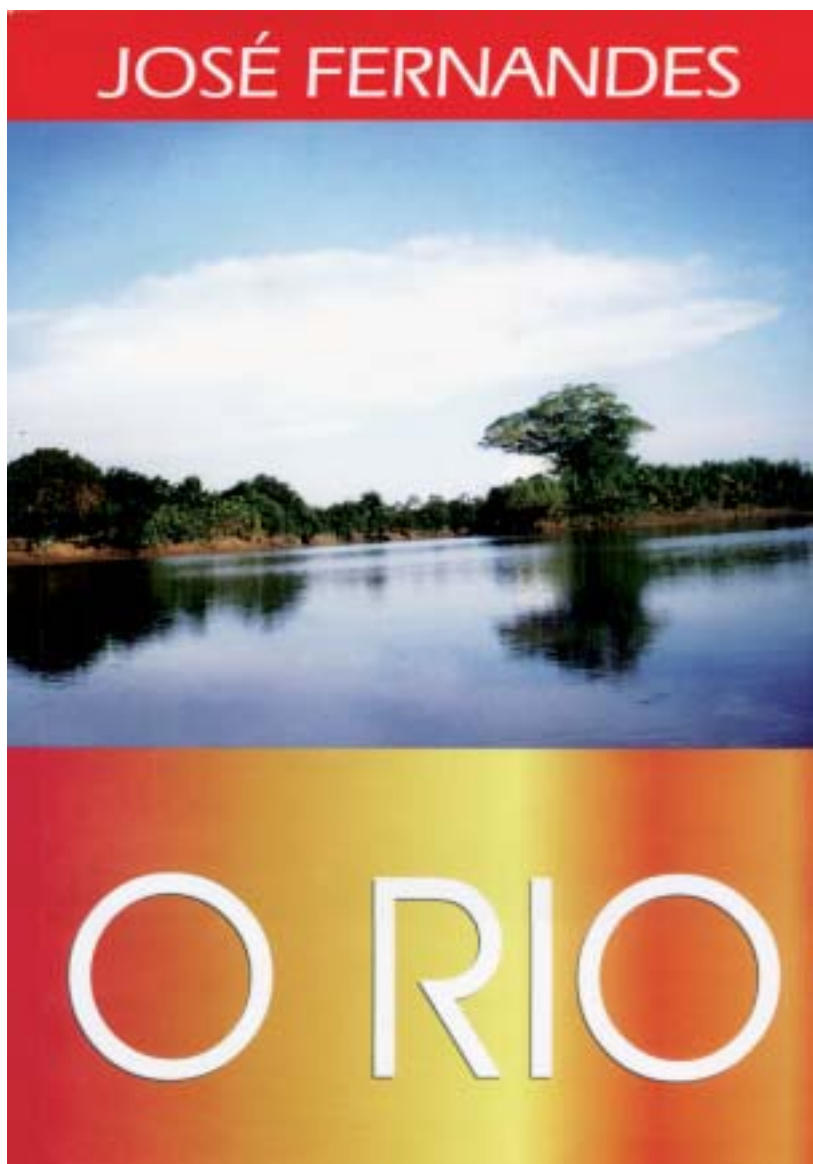
Enfim, o livro não é alarmista quanto à degradação ambiental, embora a denuncie, mas um saudável e atraente convite à contemplação da beleza do rio e à sua preservação. ■

#### **O LIVRO**

O Rio, José Fernandes,  
Lithograf, 235 páginas, 20 reais

#### **ONDE ENCONTRAR**

Academia Maranhense de Letras,  
Livraria Poeme-se, Armazém da Estrela,  
bancas de revistas



## MEMÓRIA

# COMPANHIA · UNIÃO · CAXIENSE

*Proprietaria das Fabricas de Fiação e Tecelagem*

*“UNIÃO” e “MANUFACTORA”*

---

---



FABRICA MANUFACTORA

A COMPANHIA UNIÃO CAXIENSE, foi fundada sob a formula de Sociedade Anonyma, na Cidade de Caxias em 22 de Outubro de 1889, com o Capital de Rs. — 850:000\$000 (OITOCENTOS CINCOENTA CONTOS DE REIS) representado por 850 acções do valor de 1:000\$000.

Foram seus encorporadores e fundadores: 

<i>Antonio Joaquim Ferreira Guimarães</i>	} Fallecidos.
<i>Dr. Francisco Dias Carneiro</i>	
<i>Manoel Corrêa Bahma do Lago</i>	

**FABRICA “MANUFACTORA”** -- Situada dentro da Cidade de Caxias, á Praça da Independencia: 200 Teares, 6.800 Fuzos. 300 Operarios, sendo 185 mulheres e 115 homens. 500 Cavallos de força motriz. Secções de Tecelagem, Fiação, Tinturaria, Alvejamento. Machinas Inglezas e Allemãs. Produz: Morins, Brins brancos e de cores, Atoalhados para meza, Riscados, Fio para rede, e tudo mais que se relacione á industria de algodão.

**FABRICA “UNIÃO”** -- Situada no povoado Ponte, distante da Cidade dois kilm.: 220 Teares. 7.800 Fuzos. 350 Operarios, sendo 205 mulheres e 145 homens. Força motriz, 500 cavallos. Machinas Inglezas e Americanas. Produz: Domesticos, Panno para saccos, Riscados, Brins.

---

---

### DIRECTORIA ACTUAL

*Alvaro Silva de Mendonça Camões - PRESIDENTE*  
*Libanio da Costa Lobo - SECRETARIO*

*Antonio Pereira Silva Netto - THEZOUREIRO*  
*Alexandre Manoel Medeiros Filho - VOGAL*